

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

A

- AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – *Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC* – Daniela Allam Giacomet 45
- ACIONISTA CONTROLADOR** – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – *Sociedades Anônimas* – Alcir da Silva 25
- AÇÕES PREFERENCIAIS** – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – *Sociedades Anônimas* – Alcir da Silva 25
- ACORDO DE ACIONISTAS** – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – *Sociedades Anônimas* – Alcir da Silva 25
- ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** – licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – Banco do Brasil – pregão eletrônico – convênio – *Parecer conjunto n.º 01/2002* – Marcos Juruena Villela Souto – Flávio Amaral Garcia – Henrique Bastos Rocha 468
- AGÊNCIAS REGULADORAS** – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desverticalização – desregulação – função normativa – regulação judicante – agencificação – *Regulação por autoridades independentes* – Marcos Juruena Villela Souto 250

AGÊNCIAS REGULADORAS – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – desregulação – atividade democrática <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática – Luís Roberto Barroso</i>	201
AGÊNCIAS REGULADORAS – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – assimetria regulatória – empresas espelho – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado – Aline Reis de Souza Jatahy</i>	38
AGENCIIFICAÇÃO – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desverticalização – desregulação – função normativa – regulação judicante – <i>Regulação por autoridades independentes – Marcos Juruena Villela Soutos</i>	250
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 12.420/2001 – contra- razões – inventário – imposto de transmissão <i>mortis causa</i> – Secretaria de Estado de Fazenda – lançamento – acréscimo moratório – inexistência de contrariedade recursal – pagamento efetuado pelo espólio – multa de 50% – atraso no pagamento – impugnação pelo Estado – art. 18, I, da Lei Estadual n.º 1.427/89 – <i>Erick Ribeiro Maués Paixão – O Estado em Juízo</i>	534
AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 9.098/2001 – contra – razões – reintegração liminar – bem de uso comum do povo – patrimônio histórico – Parque Estadual de Parati Mirim – <i>Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – O Estado em Juízo</i>	523
ALIENAÇÃO DO CONTROLE – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25
ANATEL – Direito das Telecomunicações – Lei Geral de Telecomunicações – princípios específicos – ordem econômica – princípios gerais – <i>Introdução ao Direito das Telecomunicações – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas</i>	325
APROPRIAÇÃO INDÉBITA – Previdência Social – aspectos penais – sonegação de contribuição previdenciária – falsificação – estelionato – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social – Marcello Cinelli de Paula Freitas</i>	228
ARAGÃO , Alexandre Santos – taxa regulatória recolhida a menor – tolerância da ASEP/RJ – Posterior definição da matéria pela PGE – doutrina dos atos próprios – inaplicabilidade – correções e juros moratórios devidos – penalidades por equidade – exclusão – <i>Parecer n.º 03/2002</i>	455

ARBITRAGEM – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25
ASSEMBLÉIA GERAL – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25
ASSIMETRIA REGULATÓRIA – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – empresas espelho – agências reguladoras – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado – Aline Reis de Souza Jatahy</i>	38
ASSISTÊNCIA – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – <i>Parecer s.n.º – Vera Lúcia Kirdeiko</i>	419
ATIVIDADE EXECUTIVA – constituição e ordem econômica – decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – desregulação – atividade democrática. <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática – Luís Roberto Barroso</i>	201
ATIVIDADE MINERÁRIA – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387
ATUALIDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos – Flávio de Araújo Willeman</i>	134
AUTORITÉS ADMINISTRATIVES INDÉPENDANTES – droit administratif français – juge administratif – jurisdiction – concurrence – Conseil D'Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européennes – urgence – injonction – pouvoir d'injonction – <i>Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller</i>	157

AUTORIZAÇÃO – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387
AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – bens reversíveis – concessão – inexistência de licitação – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Nelson Mannheim</i>	462
B	
BARROSO, Luís Roberto – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – desregulação – atividade democrática. <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática</i>	201
BASE DE CÁLCULO – ICMS – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – assistência – <i>Parecer s.n.º – Vera Lúcia Kirdeiko</i>	419
BEM DE USO COMUM DO POVO – reintegração liminar – patrimônio histórico – Parque Estadual de Parati Mirim – <i>Contra-Razões – Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001 – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – O Estado em Juízo</i>	523
BENS REVERSÍVEIS – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – concessão – inexistência de licitação – autorização legislativa – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Nelson Mannheim</i>	462
BOA-FÉ – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento – Lúcia Valle Figueiredo</i>	180
BOLSA DE VALORES – utilização – possibilidade – securitização de recebíveis – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002 – Henrique Bastos Rocha</i>	377

BUTTER, Roberto Duarte – Secretário de Estado – decisão concessiva de antecipação de tutela – Enunciado 14 do I Encontro de Juízes das Varas de Fazenda Pública – prisão como medida coercitiva – impossibilidade – crimes de desobediência e prevaricação – atipicidade – competência em razão da função – medidas judiciais pertinentes – <i>Parecer n.º 01/2002</i>	398
---	-----

C

CADE – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência – Flávio Amaral Garcia</i>	112
CÁLCULO POR DENTRO – ICMS – base de cálculo – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – assistência – <i>Parecer s.n.º – Vera Lúcia Kirdeiko</i>	419
CARGOS PÚBLICOS – Regime Jurídico – UENF – FENORTE – transformação – emprego público – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – certame público – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	442
CARVALHO FILHO, José dos Santos – gestão de bens públicos – uso de bens públicos – arts. 182 e 183 da Constituição Federal – Lei n.º 10.257/2001 – discricionariedade e vinculação – natureza jurídica – competência administrativa – pressuposto básico – pressupostos temporais – pressuposto territorial – pressuposto finalístico – gratuidade – <i>A autorização de uso de bem público de natureza urbanística</i>	168
CARVALHO, Vanessa Cerqueira Reis de – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade administrativa – responsabilidade civil – responsabilidade criminal – responsabilidade fiscal – <i>A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público</i>	344
CERTAME PÚBLICO – Regime Jurídico – UENF – FENORTE – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i> ...	442
CESSÃO DE CRÉDITOS RECEBÍVEIS – Securitização de recebíveis – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002 – Henrique Bastos Rocha</i>	377
CIÊNCIA DO DIREITO – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – método <i>more geométrico</i> – direito e doutrinas absolutistas – <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito) – Rodrigo Borges Valadão</i>	304

CLÁUSULA DE RATEIO – consulta da SEAAPI sobre a validade no caso específico do mercado de Irajá – Inaplicabilidade da cláusula – nulidade a luz do Código Civil e do Código de Processo Civil – <i>Parecer n.º 01/2002 – Marcelo Cinelli de Paula Freitas</i>	447
CÓDIGO DE ÁGUAS MINERAIS – Código de Mineração – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – assistência – <i>Parecer s.n.º – Vera Lúcia Kirdeiko</i>	419
CÓDIGO DE MINERAÇÃO – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387
COFINS – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC – Daniela Allam Giacomet</i>	45
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Lei de Responsabilidade Fiscal – sujeição – empresas estatais dependentes – <i>Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites da aplicabilidade à SABESP – Maria Sylvia Zanella Di Pietro</i> ...	263
CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência – Flávio Amaral Garcia</i>	112
CONCESSÃO – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – bens reversíveis – inexigibilidade de licitação – autorização legislativa – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Nelson Mannheim</i>	462
CONCESSÃO DE LAVRA – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387

CONCORRÊNCIA – Securitização de recebíveis – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002 – Henrique Bastos Rocha</i>	377
CONCURRENCE – <i>droit administratif français – judge administratif – jurisdiction – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européennes – urgence – injonction – pouvoir d’injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157
CONFIANÇA – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento – Lúcia Valle Figueiredo</i>	180
CONSEIL CONSTITUTIONNEL – <i>droit administratif français – judge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Cours Européennes – urgence – injonction – pouvoir d’injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157
CONSEIL D’ETAT – <i>droit administratif français – judge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européennes – urgence – injonction – pouvoir d’injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25
CONSELHO DE CONTRIBUINTES – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ – Superior Tribunal de Justiça</i>	507
CONSELHO FISCAL – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25

CONSÓRCIO – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – privatização – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado</i> – Paulo César Melo da Cunha	267
CONTINUIDADE – serviço público – conceito – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos – Flávio de Araújo Willemann	134
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – contribuição – natureza tributária – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
CONTRIBUINTE DE DIREITO – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – assistência – <i>Parecer s.An.º</i> – Vera Lúcia Kirleiko	419
CONVÊNIO – Licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – pregão eletrônico – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i> – Marcos Juruena Villela Souto – Flávio Amaral Garcia – Henrique Bastos Rocha	468
CORTESIA – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos – Flávio de Araújo Willemann	134
COUR DE CASSATION – <i>droit administratif français</i> – <i>judge administratif</i> – <i>jurisdiction</i> – <i>concurrence</i> – <i>autorités administratives indépendantes</i> – <i>Conseil D'Etat</i> – <i>Conseil Constitutionnel</i> – <i>Cours Européenes</i> – <i>urgence</i> – <i>injonction</i> – <i>puvoir d'injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157
COURS EUROPÉENES – <i>droit administratif français</i> – <i>judge administratif</i> – <i>jurisdiction</i> – <i>concurrence</i> – <i>autorités administratives indépendantes</i> – <i>Conseil D'Etat</i> – <i>Cour de Cassation</i> – <i>Conseil Constitutionnel</i> – <i>urgence</i> – <i>injonction</i> – <i>puvoir d'injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157

CRIMES AMBIENTAIS – responsabilidade penal – apuração – competência – territorialidade – fiscalização federal – perfea – arts. 54 e 60 da Lei n.º 9.605/98. <i>Breves considerações sobre a Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98</i> – Márcio Bruno Milech	243
CUNHA , Paulo César Melo da – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – privatização – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado</i>	267
CVM – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25
D	
DANO DECORRENTE DE PLANEJAMENTO – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
DANO MORAL – indenização – juros – pedido incerto e indeterminado – custas – beneficiário da Gratuidade de Justiça – taxa judiciária – base de cálculo – <i>Aspectos processuais controvertidos relacionados às indenizações por dano moral</i> – Renato Ayres Martins de Oliveira	294
DEBÊNTURES – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25
DESREGULAÇÃO – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – atividade democrática – <i>Agências Reguladoras, Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática</i> – Luis Roberto Barroso	201

DESVERTICALIZAÇÃO – agências reguladoras – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desregulação – função normativa – regulação judicante – agenciificação – <i>Regulação por autoridades independentes</i> – Marcos Juruena Villela Souto	250
DEVIDO PROCESSO LEGAL – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
DEVIDO PROCESSO LEGAL – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ</i> – Superior Tribunal de Justiça	507
DEVILLER, Jacqueline Morand – <i>droit administratif français – judge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européenes – urgence – injonction – pouvoir d’injonction</i> – Le droit administratif français – bilan perspectives	157
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Lei de Responsabilidade Fiscal – sujeição – empresas estatais dependentes <i>Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites da aplicabilidade à SABESP</i>	263
DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPO – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – método <i>more geometrico</i> – <i>direito e doutrinas absolutistas</i> – <i>ciência do direito A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)</i> – Rodrigo Borges Valadão	304
DIREITO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – concentração empresarial – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i> – Flávio Amaral Garcia	112
DIREITO DE RECESSO – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25

DIREITO REAL DE USO – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002</i> – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa	387
DIREITO SUBJETIVO PÚBLICO – processo regulatório – processo administrativo – usuário – participação – defesa – representação adequada – intervenção do Ministério Público – <i>O direito à participação do usuário nos processos regulatórios</i> – Vanice Regina Lário do Valle	363
DISPONIBILIDADE DE CAIXA DO PODER PÚBLICO – art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio federativo – princípio da igualdade – princípio da autonomia dos entes federados – princípio da livre iniciativa – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – Diógenes Gasparini	87
DOCTRINA DOS ATOS PRÓPRIOS – Taxa Regulatória recolhida a menor – tolerância da ASEP/RJ – Posterior definição da matéria pela PGE – inaplicabilidade – correções e juros moratórios devidos – penalidades por equidade – exclusão – <i>Parecer n.º 03/2002</i> – Alexandre Santos Aragão	455
DROIT ADMINISTRATIF FRANÇAIS – <i>judge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européenes – urgence – injonction – pouvoir d’injonction</i> – <i>Le droit administratif français – bilan perspectives</i> – Jacqueline Morand-Deviller	157
DUE PROCESS OF LAW – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
E	
EFICIÊNCIA – agências reguladoras – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – desestatização – desverticalização – desregulação – função normativa – regulação judicante – agenciificação – <i>Regulação por autoridades independentes</i> – Marcos Juruena Villela Souto	250

EFICIÊNCIA – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos – Flávio de Araújo Willeman</i>	134
EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA – acesso – cargo integrante da mesma carreira funcional – progressão horizontal – princípio concursivo constitucional – inexistência de ofensa – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Antunes de Oliveira</i>	478
EMPREGO PÚBLICO – Regime Jurídico – UENF – FENORTE – transformação – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – certame público – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	442
EMPRESAS ESPELHO – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – assimetria regulatória – agências reguladoras – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado – Aline Reis de Souza Jatahy</i>	38
EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Lei de Responsabilidade Fiscal – sujeição – <i>Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites da aplicabilidade à SABESP – Maria Sylvia Zanella Di Pietro</i>	263
EMPRESAS EXPLORADORAS DE ATIVIDADE ECONÔMICA – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – privatização – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado – Paulo César Melo da Cunha</i>	267
EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – privatização – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado – Paulo César Melo da Cunha</i>	267
ESPAÇO RELATIVO – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – método <i>more geometrico</i> – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito – <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito) – Rodrigo Borges Valadão</i>	304

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – Estado de Direito – conceito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento – Lúcia Valle Figueiredo</i>	180
ESTELIONATO – Previdência social – aspectos penais – apropriação indébita – sonegação de contribuição previdenciária – falsificação – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social – Marcello Cinelli de Paula Freitas</i>	228
F	
FALSIFICAÇÃO – Previdência social – aspectos penais – apropriação indébita – sonegação de contribuição previdenciária – estelionato – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social – Marcello Cinelli de Paula Freitas</i>	228
FATO GERADOR – ICMS – mercadoria importada – recolhimento – guia especial – validade – isonomia – não-cumulatividade – GATT – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5-SP – Supremo Tribunal Federal</i>	492
FENORTE – certame público – Regime Jurídico – UENF – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos</i>	442
FIGUEIREDO, Lúcia Valle – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i>	180
FREITAS, Marcelo Cinelli de Paula – Cláusula de rateio – consulta da SEAAPI sobre a validade no caso específico do mercado de Irajá – Inaplicabilidade da cláusula – nulidade a luz do Código Civil e do Código de Processo Civil – <i>Parecer n.º 01/2002</i>	447
FREITAS, Marcelo Cinelli de Paula – Previdência Social – aspectos penais – apropriação indébita – sonegação de contribuição previdenciária – falsificação – estelionato – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social</i>	228

FUNÇÃO DECISÓRIA – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função normativa – desregulação – atividade democrática – <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática</i> – Luís Roberto Barroso	201
FUNÇÃO NORMATIVA – agências reguladoras – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desverticalização – desregulação – regulação judicante – agencificação – <i>Regulação por autoridades independentes</i> – Marcos Juruena Villela Souto	250
FUNÇÃO NORMATIVA – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – desregulação – atividade democrática – <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática</i> – Luís Roberto Barroso	201
FUNÇÃO REGULADORA – constituição e ordem econômica – a decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – desregulação – atividade democrática – <i>Agências Reguladoras. Constituição, Transformações do Estado e legitimidade democrática</i> – Luís Roberto Barroso	201
G	
GARANTIA DE EMPRÉSTIMO – Barcas S.A. – bens reversíveis – concessão – inexigibilidade de licitação – autorização legislativa – <i>Parecer n.º 01/2002</i> – Sérgio Nelson Mannheim	462
GARCIA, Flávio Amaral – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i>	112
GARCIA, Flávio Amaral – Marcos Juruena Villela Souto – Henrique Bastos Rocha Licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – pregão eletrônico – convênio – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i>	468

GASPARINI, Diógenes – art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente auto-aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio federativo – princípio da igualdade – princípio da autonomia dos entes federados – princípio da livre iniciativa – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – <i>Disponibilidade de Caixa do Poder Público</i>	87
GATT – ICMS – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – guia especial – validade – isonomia – não-cumulatividade – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5</i> – SP – Supremo Tribunal Federal	492
GESTÃO DE BENS PÚBLICOS – uso de bens públicos – arts. 182 e 183 da Constituição Federal – Lei n.º 10.257/2001 – discricionariedade e vinculação – natureza jurídica – competência administrativa – pressuposto básico – pressupostos temporais – pressuposto territorial – pressuposto finalístico – gratuidade – <i>A Autorização de uso de bem público de natureza urbanística</i> – José dos Santos Carvalho Filho	168
GIACOMET, Daniela Allam – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i>	45
GRUPOS DE DIREITO – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i> – Flávio Amaral Garcia	112
GRUPOS DE FATO – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i> – Flávio Amaral Garcia	112
GRUPOS DE SOCIEDADES – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i> – Flávio Amaral Garcia	112
GUIA ESPECIAL – ICM S – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – validade – isonomia – não-cumulatividade – GATT – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5</i> – SP – Supremo Tribunal Federal	492

I

ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – litisconsórcio – assistência – <i>Parecer s./n.º – Vera Lúcia Kirdeiko</i>	419
ICMS – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – guia especial – validade – isonomia – não-cumulatividade – GATT – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5-SP – Supremo Tribunal Federal</i>	492
ICMS NÃO RECOLHIDO POR ARREMATANTE – Responsabilidade Tributária – leiloeiro – art. 18 da Lei n.º 2.657/96 – art. 128 do CTN – art. 146, III da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Pyrrho</i>	409
IGUALDADE – art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente auto-aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio federativo – princípio da autonomia dos entes federados – princípio da livre iniciativa – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – <i>Disponibilidade de Caixa do Poder Público – Diógenes Gasparini</i>	87
IGUALDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – A aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos – Flávio de Araújo Willemann</i>	134
IGUALDADE MATERIAL – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento – Lúcia Valle Figueiredo</i>	180
IMPOSTO DE TRANSMISSÃO MORTIS CAUSA – multa de 50% – arts. 18, I e 20, I da Lei n.º 1.427/89 – competência legislativa estadual – lançamento – rito convencional do inventário – atuação administrativa da PGE – controle da regularidade – <i>Contrarrazões no Agravo de Instrumento n.º 12.420/2001 – Érick Ribeiro Maués Paixão – O Estado em Juízo</i>	534

INCORPORAÇÃO DE COMPANHIA CONTROLADA – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – CVM – <i>Sociedades Anônimas – Alcir da Silva</i>	25
INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO – Poder Público – transação – validade – atenuação – <i>Recurso Extraordinário n.º 253.885-0-MG – Supremo Tribunal Federal</i>	487
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – bens reversíveis – concessão – autorização legislativa – <i>Parecer n.º 01/2002 – Sérgio Nelson Mannheim</i>	462
INFLUÊNCIA DOMINANTE – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – livre concorrência – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência – Flávio Amaral Garcia</i>	112
INJUNCTION – droit administratif français – judge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européennes – urgence – pouvoir d’injonction – <i>Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller</i>	157
INSTÂNCIA ESPECIAL – Procedimento administrativo fiscal – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ – Superior Tribunal de Justiça</i>	507
ISONOMIA – ICMS – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – guia especial – validade – não-cumulatividade – GATT – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5-SP – Supremo Tribunal Federal</i>	492
ISONOMIA PROCESSUAL – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ – Superior Tribunal de Justiça</i>	507
ITERJ – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002 – Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa</i>	387

J

JATAHY, Aline Reis de Souza – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – assimetria regulatória – empresas espelho – agências reguladoras – *Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado* 38

JUDGE ADMINISTRATIF – *droit administratif français* – *jurisdiction* – *concurrence* – *autorités administratives indépendantes* – *Conseil D'Etat* – *Cour de Cassation* – *Conseil Constitutionnel* – *Cours Européenes* – *urgence* – *injonction* – *pouvoir d'injonction* – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller 157

JURISDICTION – *droit administratif français* – *judge administratif* – *concurrence* – *autorités administratives indépendantes* – *Conseil D'Etat* – *Cour de Cassation* – *Conseil Constitutionnel* – *Cours Européenes* – *urgence* – *injonction* – *pouvoir d'injonction* – Le droit administratif français – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller 157

JUROS – dano moral – indenização – pedido incerto e indeterminado – custas – beneficiário da Gratuidade de Justiça – taxa judiciária – base de cálculo – *Aspectos processuais controvertidos relacionados às indenizações por dano moral* – Renato Ayres Martins de Oliveira 294

K

KIRDEIKO, Vera Lúcia – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade *ad causam* – litisconsórcio – assistência – *Parecer s.n.º* 419

L

LEALDADE – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – *due process of law* – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – *O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento* – Lúcia Valle Figueiredo 180

LEGALIDADE – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – *due process of law* – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – *O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento* – Lúcia Valle Figueiredo 180

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – artigo 43 – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente auto-aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio federativo – princípio da igualdade – princípio da autonomia dos entes federados – princípio da livre iniciativa – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – *Disponibilidade de Caixa do Poder Público* – Diógenes Gasparini 87

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo sujeição – empresas estatais dependentes – *Lei de Responsabilidade Fiscal. Limites da aplicabilidade à SABESP* – Maria Sylvia Zanella Di Pietro 263

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade administrativa – responsabilidade civil – responsabilidade criminal – responsabilidade fiscal – *A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público* – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho 344

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – securitização de recebíveis – royalties do petróleo – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – *Parecer n.º 05/2002* – Henrique Bastos Rocha 377

LEI DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade administrativa – responsabilidade civil – responsabilidade criminal – responsabilidade fiscal – *A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público* – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho 344

LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – *Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC* – Daniela Allam Giacomet 45

LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Direito das Telecomunicações – ANATEL – princípios específicos – ordem econômica – princípios gerais – *Introdução ao Direito das Telecomunicações* – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas 325

LEI N.º 10.257/2001 – gestão de bens públicos – uso de bens públicos – arts. 182 e 183 da Constituição Federal – discricionariedade e vinculação – natureza jurídica – competência administrativa – pressuposto básico – pressupostos temporais – pressuposto territorial – pressuposto finalístico – gratuidade – *A autorização de uso de bem público de natureza urbanística* – José dos Santos Carvalho Filho 168

LEI N.º 9.472/97 – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – assimetria regulatória – empresas espelho – agências reguladoras – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado</i> – Aline Reis de Souza Jatahy	38
LEI N.º 9.983/2000 – estelionato – Previdência social – aspectos penais – apropriação indébita – sonegação de contribuição previdenciária – falsificação – <i>Aspectos Penais da Previdência Social</i> – Marcello Cinelli de Paula Freitas	228
LITISCONSÓRCIO – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade <i>ad causam</i> – assistência – <i>Parecer s./n.º</i> – Vera Lúcia Kirdeiko	419
LIVRE CONCORRÊNCIA – concentração empresarial – Direito de Defesa da Concorrência – grupos de sociedades – estrutura societária – direito comparado – Lei n.º 6.404/76 – grupos de direito – grupos de fato – influência dominante – CADE – controle preventivo – controle repressivo – <i>Os grupos de sociedades sob a ótica da defesa da concorrência</i> – Flávio Amaral Garcia	112
LIVRE INICIATIVA – art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente auto-aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio federativo – princípio da igualdade – princípio da autonomia dos entes federados – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – <i>Disponibilidade de Caixa do Poder Público</i> – Diógenes Gasparini	87
LIVRE INICIATIVA – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
M	
MANNHEIMER , Sérgio Nelson – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – bens reversíveis – concessão – inexistência de licitação – autorização legislativa – <i>Parecer n.º 01/2002</i>	462
MASCARENHAS , Rodrigo Tostes de Alencar – reintegração liminar – bem de uso comum do povo – patrimônio histórico – Parque Estadual de Parati Mirim – <i>Contra-Razões – Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001 – O Estado em Juízo</i>	523
MASCARENHAS , Rodrigo Tostes de Alencar – Direito das Telecomunicações – ANATEL – Lei Geral de Telecomunicações – princípios específicos – ordem econômica – princípios gerais – <i>Introdução ao Direito das Telecomunicações</i>	325

MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25
MÉTODO MORE GEOMETRICO – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito – <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)</i> – Rodrigo Borges Valadão	304
MILECH , Márcio Bruno – responsabilidade penal – crimes ambientais – apuração – competência – territorialidade – fiscalização federal – perícia – arts. 54 e 60 da Lei n.º 9.605/98 – <i>Breves considerações sobre a Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98</i>	243
MODICIDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
MOTIVAÇÃO – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
MUTABILIDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
N	
NÃO-CUMULATIVIDADE – ICMS – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – guia especial – validade – isonomia – GATT – <i>Recurso Extraordinário n.º 216.735-5-SP</i> – Supremo Tribunal Federal	492

NEUTRALIDADE POLÍTICA – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – pureza científica – método **more geometrico** – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito – *A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)* – **Rodrigo Borges Valadão** 304

O

OBRIGATORIEDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – *Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos* – **Flávio de Aratijo Willeman** 134

OLIVEIRA, Renato Ayres Martins de – dano moral – indenização – juros – pedido incerto e indeterminado – custas – beneficiário da Gratuidade de Justiça – taxa judiciária – base de cálculo – *Aspectos processuais controvertidos relacionados às indenizações por dano moral* 294

OLIVEIRA, Sérgio Antunes de – Empregado de empresa pública – acesso – cargo integrante da mesma carreira funcional – progressão horizontal – princípio concursivo constitucional – inexistência de ofensa – *Parecer n.º 01/2002* 478

ORDEM ECONÔMICA – constituição – decadência do Estado-empresário – as reformas do Estado no Brasil – intervenção do Estado no domínio econômico – agências reguladoras – surgimento – estrutura jurídica – função reguladora – atividade executiva – controle – Poder Executivo – Tribunal de Contas – Poder Judiciário – função decisória – função normativa – desregulação – atividade democrática. *Agências Reguladoras. Constituição, transformações do Estado e Legitimidade Democrática* – **Luís Roberto Barroso** 201

ORDEM ECONÔMICA – Direito das Telecomunicações – ANATEL – Lei Geral de Telecomunicações – princípios específicos – princípios gerais – *Introdução ao Direito das Telecomunicações* – **Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas** 325

P

PAIXÃO, Érick Ribeiro Maués – Imposto de transmissão *mortis causa* – multa de 50% – arts. 18, I e 20, I da Lei n.º 1.427/89 – competência legislativa estadual – lançamento – rito convencional do inventário – atuação administrativa da PGE – controle da regularidade – *Contra-Razões no Agravo de Instrumento n.º 12.420/01 – O Estado em Juízo* 534

PARCERIA EMPRESARIAL – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – privatização – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – *O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado* – **Paulo César Melo da Cunha** 267

PARECER N.º 01/2002 – Barcas S.A. – garantia de empréstimo – bens reversíveis – concessão – inexigibilidade de licitação – autorização legislativa – **Sérgio Nelson Mannheim** 462

PARECER N.º 01/2002 – cláusula de rateio – consulta da SEAAPI sobre a validade no caso específico do mercado de Irajá – Inaplicabilidade da cláusula – nulidade a luz do Código Civil e do Código de Processo Civil – **Marcelo Cinelli de Paula Freitas** 447

PARECER N.º 01/2002 – Empregado de empresa pública – acesso – cargo integrante da mesma carreira funcional – progressão horizontal – princípio concursivo constitucional – inexistência de ofensa – **Sérgio Antunes de Oliveira** 478

PARECER N.º 01/2002 – Responsabilidade Tributária – leiloeiro – ICMS não recolhido por arrematante – art. 18 da Lei n.º 2.657/96 – art. 128 do CTN – art. 146, III da Constituição Federal – **Sérgio Pyrrho** 409

PARECER N.º 01/2002 – Secretário de Estado – decisão concessiva de antecipação de tutela – Enunciado 14 do I Encontro de Juizes das Varas de Fazenda Pública – prisão como medida coercitiva – impossibilidade – crimes de desobediência e prevaricação – atipicidade – competência em razão da função – medidas judiciais pertinentes – **Roberto Duarte Butler** 398

PARECER N.º 02/2002 – concessão – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – **Luís Alberto Miranda Garcia de Sousa** 387

PARECER N.º 02/2002 – Regime Jurídico – UENF – FENORTE – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – certame público – **Luiz Fernando Rodrigues dos Santos** 442

PARECER N.º 03/2002 – Taxa Regulatória recolhida a menor – tolerância da ASEP/RJ – Posterior definição da matéria pela PGE – doutrina dos atos próprios – inaplicabilidade – correções e juros moratórios devidos – penalidades por equidade – exclusão – **Alexandre Santos Aragão** 455

PARECER N.º 05/2002 – cessão de créditos recebíveis – securitização de recebíveis – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – **Henrique Bastos Rocha** 377

PARECER S/N.º – ICMS – base de cálculo – cálculo por dentro – Código de Defesa do Consumidor – Fazenda Pública – aplicação – contribuinte de direito – legitimidade *ad causam* – litisconsórcio – assistência – **Vera Lúcia Kirdeiko** 419

PARQUE ESTADUAL DE PARATI MIRIM – reintegração liminar – bem de uso comum do povo – patrimônio histórico – *Contra-Razões – Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001 – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – O Estado em Juízo* 523

PARTES BENEFICIÁRIAS – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25
PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willemann	134
PATRIMÔNIO HISTÓRICO – reintegração liminar – bem de uso comum do povo – Parque Estadual de Parati Mirim – <i>Contra-Razões – Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001</i> – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – <i>O Estado em Juízo</i>	523
PEDIDO INCERTO E INDETERMINADO – dano moral – indenização – juros – custas – beneficiário da Gratuidade de Justiça – taxa judiciária – base de cálculo – <i>Aspectos processuais controvertidos relacionados às indenizações por dano moral</i> – Renato Ayres Martins de Oliveira	294
PESQUISA MINERAL – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002</i> – Luis Alberto Miranda Garcia de Sousa	387
PIS – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
PODER PÚBLICO – transação – validade – indisponibilidade do interesse público – atenuação – <i>Recurso Extraordinário n.º 253.885-0-MG</i> – Supremo Tribunal Federal	487
PREGÃO – licitação – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – pregão eletrônico – convênio – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i> – Marcos Juruena Villela Souto – Flávio Amaral Garcia – Henrique Bastos Rocha	468
PREGÃO ELETRÔNICO – licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – convênio – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i> – Marcos Juruena Villela Souto – Flávio Amaral Garcia – Henrique Bastos Rocha	468

PREVIDÊNCIA SOCIAL – aspectos penais – apropriação indébita – sonegação de contribuição previdenciária – falsificação – estelionato – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social</i> – Marcello Cinelli de Paula Freitas	228
PRINCÍPIO CONCURSIVO CONSTITUCIONAL – Empregado de empresa pública – acesso – cargo integrante da mesma carreira funcional – progressão horizontal – inexistência de ofensa – <i>Parecer n.º 01/2002</i> – Sérgio Antunes de Oliveira	478
PRINCÍPIO FEDERATIVO – art. 43 da Lei de Responsabilidade Fiscal – art. 164, § 3.º da Constituição Federal – parcialmente auto-aplicável – constitucionalidade – interpretação – princípio da igualdade – princípio da autonomia dos entes federados – princípio da livre iniciativa – instituições financeiras oficiais – instituições financeiras públicas – aplicabilidade das normas constitucionais – obrigatoriedade da licitação na contratação de serviços financeiros prestados por instituição financeira pública – <i>Disponibilidade de Caixa do Poder Público</i> – Diógenes Gasparini	87
PRIVATIZAÇÃO – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – processo administrativo – direito societário – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado</i> – Paulo César Melo da Cunha	267
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ</i> – Superior Tribunal de Justiça	507
PROCESSO ADMINISTRATIVO – empresas estatais – criação – hipóteses – subsidiariedade – empresas prestadoras de serviços públicos – empresas exploradoras de atividade econômica – regime jurídico – licitações – tratamento fiscal – prerrogativas – direito societário – privatização – consórcio – desnecessidade de procedimento licitatório para celebração – parceria empresarial – <i>O tratamento jurídico das empresas estatais e os reflexos do consórcio celebrado entre empresas do setor público e do setor privado</i> – Paulo César Melo da Cunha	267
PROCESSO REGULATÓRIO – processo administrativo – usuário – participação – direito subjetivo público – defesa – representação adequada – intervenção do Ministério Público – <i>O direito à participação do usuário nos processos regulatórios</i> – Vanice Regina Lúrio do Valle	363
PROGRESSÃO HORIZONTAL – Empregado de empresa pública – acesso – cargo integrante da mesma carreira funcional – princípio concursivo constitucional – inexistência de ofensa – <i>Parecer n.º 01/2002</i> – Sérgio Antunes de Oliveira	478

PROPORCIONALIDADE – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
PUREZA CIENTÍFICA – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – método more geometrico – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito - <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)</i> – Rodrigo Borges Valadão	304
PUVOIR D'INJONCTION – <i>droit administratif français</i> – <i>judge administratif</i> – <i>jurisdiction</i> – <i>concurrence</i> – <i>autorités administratives indépendantes</i> – <i>Conseil D'Etat</i> – <i>Cour de Cassation</i> – <i>Conseil Constitutionnel</i> – <i>Cours Européenes</i> – <i>urgence</i> – <i>injonction</i> – <i>Le droit administratif français</i> – bilan perspectives – Jacqueline Morand Deviller	157
PYRRHO , Sérgio – Responsabilidade Tributária – leiloeiro – ICMS não recolhido por arrematante – art. 18 da Lei n.º 2.657/96 – art. 128 do CTN – art. 146, III da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 01/2002</i>	409
R	
RAZOABILIDADE – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
REAJUSTE – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 216.735-5-SP – ICMS – mercadoria importada – fato gerador – recolhimento – guia especial – validade – isonomia – não-cumulatividade – GATT – <i>Supremo Tribunal Federal</i>	492

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 253.885-0-MG – Poder Público – transação – validade – indisponibilidade do interesse público – atenuação – <i>Supremo Tribunal Federal</i>	487
RECURSO HIERÁRQUICO – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ</i> – <i>Superior Tribunal de Justiça</i>	507
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA N.º 12.547-RJ – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – Secretário de Estado de Fazenda – isonomia processual – devido processo legal – <i>Superior Tribunal de Justiça</i>	507
REGIME JURÍDICO – UENF – FENORTE – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – certame público – <i>Parecer n.º 02/2002</i> – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos	442
REGULAÇÃO JUDICANTE – agências reguladoras – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desverticalização – desregulação – função normativa – agencificação – <i>Regulação por autoridades independentes</i> – Marcos Juruena Villela Souto	250
REGULARIDADE – serviço público – conceito – continuidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
REINTEGRAÇÃO LIMINAR – bem de uso comum do povo – patrimônio histórico – Parque Estadual de Parati Mirim – <i>Contra-Razões</i> – <i>Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001</i> – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – <i>O Estado em Juízo</i>	523
RESGATE DE AÇÕES – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25
RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade civil – responsabilidade criminal – responsabilidade fiscal – <i>A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público</i> – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho	344

RESPONSABILIDADE CIVIL – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade administrativa – responsabilidade criminal – responsabilidade fiscal – <i>A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público</i> – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho	344
RESPONSABILIDADE DO ESTADO – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
RESPONSABILIDADE FISCAL – Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei dos Crimes de Responsabilidade Fiscal – responsabilidade administrativa – responsabilidade civil – responsabilidade criminal – <i>A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Responsabilidade Pessoal do Agente Público</i> – Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho	344
RESPONSABILIDADE PENAL – crimes ambientais – apuração – competência – territorialidade – fiscalização federal – perícia – arts. 54 e 60 da Lei n.º 9.605/98 – <i>Breves considerações sobre a Lei de Crimes Ambientais n.º 9.605/98</i> – Márcio Bruno Milech	243
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – leiloeiro – ICMS não recolhido por arrematante – art. 18 da Lei n.º 2.657/96 – art. 128 do CTN – art. 146, III da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 01/2002</i> – Sérgio Pyrrho	243
REVISÃO TARIFÁRIA – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
ROCHA, Henrique Bastos – Marcos Juruena Villela Souto – Flávio Amaral Garcia – Licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – pregão eletrônico – convênio – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i>	468
ROCHA, Henrique Bastos – securitização de recebíveis – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002</i>	377

ROYALTIES DO PETRÓLEO – securitização de recebíveis – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002</i> – Henrique Bastos Rocha	377
S	
SANTOS, Luiz Fernando Rodrigues dos – Regime Jurídico – UENF – FENORTE – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – certame público – <i>Parecer n.º 02/2002</i>	442
SECRETÁRIO DE ESTADO – decisão concessiva de antecipação de tutela – Enunciado 14 do I Encontro de Juízes das Varas de Fazenda Pública – prisão como medida coercitiva – impossibilidade – crimes de desobediência e prevaricação – atipicidade – competência em razão da função – medidas judiciais pertinentes – <i>Parecer n.º 01/2002</i> – Roberto Duarte Butter	398
SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA – Procedimento administrativo fiscal – instância especial – possibilidade – recurso hierárquico – Conselho de Contribuintes – isonomia processual – devido processo legal – <i>Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n.º 12.547-RJ</i> – Superior Tribunal de Justiça	507
SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS – royalties do petróleo – Lei de Responsabilidade Fiscal – emissão de títulos – impossibilidade – concorrência – modalidade de licitação aplicável – cessão de créditos recebíveis – Bolsa de Valores – utilização – possibilidade – autorização da CVM – <i>Parecer n.º 05/2002</i> – Henrique Bastos Rocha	377
SEGURANÇA – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
SEGURANÇA JURÍDICA – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – sindicabilidade – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180

SERVIÇO PÚBLICO – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – serviços públicos desestatizados – competição – concorrência – assimetria regulatória – empresas espelho – agências reguladoras – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado</i> – Aline Reis de Souza Jatahy	38
SERVIÇO PÚBLICO – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
SERVIÇOS PÚBLICOS DESESTATIZADOS – serviço público – caracterização – transformação – prestação – modos – regime jurídico – Lei n.º 9.472/97 – competição – concorrência – assimetria regulatória – empresas espelho – agências reguladoras – <i>Competição entre serviços públicos prestados em regime público e serviços prestados em regime privado</i> – Aline Reis de Souza Jatahy	38
SILVA, Alcir da – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – sociedade de economia mista – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i>	25
SINDICABILIDADE – Estado de Direito – conceito – Estado Democrático de Direito – devido processo legal – igualdade material – <i>due process of law</i> – legalidade – atos políticos – responsabilidade do Estado – histórico – atos omissivos – excludentes – atos praticados pelo Legislativo e Judiciário – dano decorrente de planejamento – modificação dos planos – segurança jurídica – confiança – lealdade – boa-fé – razoabilidade – proporcionalidade – congruência – motivação – atos controláveis e não controláveis pelo Judiciário – <i>O devido processo legal e a responsabilidade do Estado por dano decorrente do planejamento</i> – Lúcia Valle Figueiredo	180
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA – Lei n.º 6.385/76 – Lei n.º 6.404/76 – mercado de valores mobiliários – ações preferenciais – resgate de ações – partes beneficiárias – debêntures – arbitragem – acionista controlador – acordo de acionistas – Assembléia Geral – direito de recesso – Conselho de Administração – Conselho Fiscal – alienação do controle – incorporação de companhia controlada – CVM – <i>Sociedades Anônimas</i> – Alcir da Silva	25

SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Previdência Social – aspectos penais – apropriação indébita – falsificação – estelionato – Lei n.º 9.983/2000 – <i>Aspectos Penais da Previdência Social</i> – Marcello Cinelli de Paula Freitas	228
SOSA, Luís Alberto Miranda Garcia de – Código de Mineração – Código de Águas Minerais – pesquisa mineral – concessão de lavra – autorização – regime jurídico – direito de propriedade – ITERJ – atividade minerária – impossibilidade – prejuízos causados pela pesquisa mineral – avaliação – procedimento judicial – repartição da indenização – direito real de uso – concessão – <i>Parecer n.º 02/2002</i>	387
SOUTO, Marcos Juruena Villela – agências reguladoras – agência executiva – polícia administrativa – atendimento das necessidades coletivas – prestação dos serviços de interesse geral – intervenção no domínio econômico – intervenção no domínio social – eficiência – desestatização – desverticalização – desregulação – função normativa – regulação judicante – agenciificação – <i>Regulação por autoridades independentes</i>	250
SOUTO, Marcos Juruena Villela – Flávio Amaral Garcia – Henrique Bastos Rocha – licitação – pregão – adoção por Estados e Municípios – possibilidade – modalidade de licitação – União – norma geral – decreto – acordo de cooperação técnica – Banco do Brasil – pregão eletrônico – convênio – <i>Parecer conjunto n.º 01/2002</i>	468
T	
TARIFAS – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
TAXA JUDICIÁRIA – dano moral – indenização – juros – pedido incerto e indeterminado – custas – beneficiário da Gratuidade de Justiça – base de cálculo – <i>Aspectos processuais controvertidos relacionados às indenizações por dano moral</i> – Renato Ayres Martins de Oliveira	294
TAXA REGULATÓRIA RECOLHIDA A MENOR – tolerância da ASEP/RJ – posterior definição da matéria pela PGE – doutrina dos atos próprios – inaplicabilidade – correções e juros moratórios devidos – penalidades por equidade – exclusão – <i>Parecer n.º 03/2002</i> – Alexandre Santos Aragão	455
TELECOMUNICAÇÕES – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45

TEORIA DA RELATIVIDADE – ciência antes de Einstein – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – método <i>more geometrico</i> – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito – <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)</i> – Rodrigo Borges Valadão	304
TOMBAMENTO – reintegração de posse – liminar – deferimento – Parque Estadual de Paraty – patrimônio histórico – <i>Contra-Razões no Agravo de Instrumento n.º 9.098/2001</i> – Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas – <i>O Estado em Julzo</i>	523
TRANSAÇÃO – Poder Público – validade – indisponibilidade do interesse público – atenuação – <i>Recurso Extraordinário n.º 253.885-0-MG</i> – Supremo Tribunal Federal	487
TRIBUTOS DIRETOS – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos indiretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
TRIBUTOS INDIRETOS – contribuição – natureza tributária – contribuições sociais – COFINS – PIS – fato gerador – contribuinte – telecomunicações – imunidade – operações – faturamento – diferenciação conceitual – tributos diretos – tarifas – reajuste – revisão tarifária – Lei Geral de Telecomunicações – Serviço Telefônico Fixo Comutado – controle de incidência tributária nas tarifas – órgão regulador – ação civil pública – <i>Da constitucionalidade do repasse da cobrança das contribuições para o PIS/COFINS para a conta do usuário do STFC</i> – Daniela Allam Giacomet	45
U	
UENF – certame público – Regime Jurídico – FENORTE – transformação – emprego público – cargos públicos – lei ordinária estadual – art. 61, § 1.º, II, “a” da Constituição Federal – <i>Parecer n.º 02/2002</i> – Luiz Fernando Rodrigues dos Santos	442
UNIVERSALIDADE/GENERALIDADE – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i> – Flávio de Araújo Willeman	134
URGENCE – droit administratif français – juge administratif – jurisdiction – concurrence – autorités administratives indépendantes – Conseil D’Etat – Cour de Cassation – Conseil Constitutionnel – Cours Européennes – injonction – pouvoir d’injonction – <i>Le droit administratif français – bilan perspectives</i> – Jacqueline Morand Deviller	157

USO DE BENS PÚBLICOS – gestão de bens públicos – arts. 182 e 183 da Constituição Federal – Lei n.º 10.257/2001 – discricionariedade e vinculação – natureza jurídica – competência administrativa – pressuposto básico – pressupostos temporais – pressuposto territorial – pressuposto finalístico – gratuidade. <i>A autorização de uso de bem público de natureza urbanística</i> – José dos Santos Carvalho Filho	168
--	-----

V

VALADÃO, Rodrigo Borges – ciência antes de Einstein – teoria da relatividade – espaço relativo – tempo relativo – dimensão espaço-tempo – ciência após Einstein – caráter científico do direito – neutralidade política – pureza científica – método <i>more geometrico</i> – direito e doutrinas absolutistas – ciência do direito – <i>A curvatura do espaço jurídico (lições de teoria da relatividade aplicadas à Ciência do Direito)</i>	304
---	-----

VALLE, Vanice Regina Lírio do – processo regulatório – processo administrativo – usuário – participação – direito subjetivo público – defesa – representação adequada – intervenção do Ministério Público – <i>O direito à participação do usuário nos processos regulatórios</i>	363
--	-----

W

WILLEMAN, Flávio de Araújo – serviço público – conceito – continuidade – regularidade – igualdade – obrigatoriedade – mutabilidade – atualidade – modicidade – participação dos usuários – cortesia – eficiência – segurança – universalidade/generalidade – livre iniciativa – aplicação nos serviços públicos – <i>Princípios setoriais que regem a prestação dos serviços públicos – a aplicação do princípio da livre iniciativa no regime dos serviços públicos</i>	134
---	-----